



Perspectivas de investigación

Contribuições da abordagem sociocultural para a Ciência da Informação

Paula Regina Dal'Evedove

Universidade Federal de São Carlos
Brasil · p.dallevedove@gmail.com

Mariângela Spotti Lopes Fujita

Universidade Estadual Paulista
Brasil · mariangelaslf57@gmail.com

Resumo: A informação figura como objeto privilegiado de diversas ciências. Ao delimitar a informação na condição de objeto investigativo, o campo da informação assume a complexidade deste fenômeno e seus pormenores. Logo, entrecruzar diferentes abordagens investigativas é um processo natural quando o objetivo é buscar subsídios que sejam capazes de aprofundar o entendimento da designação da informação como fenômeno social e humano. Nesse sentido, são articuladas discussões relativas aos contributos do viés sociocultural nas pesquisas realizadas em Ciência da Informação. Para tanto, evidencia-se a abordagem sociocultural frente aos paradigmas contemporâneos do campo da informação a fim de compreender a informação construída como prática social. As discussões sinalizam a relevância da abordagem sociocultural para a Ciência da Informação, ao passo que tal relação amplia os horizontes investigativos em torno do objeto informação e dos muitos e variados aspectos a ele associados.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Paradigma social; Abordagem sociocultural; Informação.

Abstract: The information appears as privileged object of diverse sciences. In defining the information in the investigative object condition, the field of information assumes the complexity of this phenomenon and its details. So intersect different investigative approaches is a natural process when the goal is to seek grants to be able to deepen the understanding of the designation of information as a human and social phenomenon. In this regard, discussions are hinged on the contributions of sociocultural bias in research in Information Science. For this purpose, highlights the sociocultural approach to contemporary paradigms of the information field to understand the information built as a social practice. Discussions indicate the relevance of sociocultural approach to Information Science, while this relationship extends the investigative horizons around the object information and the many and varied aspects associated with it.

Keywords: Information Science; Social paradigm; Sociocultural approach; Information.

1 Introdução

Perceber a Ciência da Informação como um campo científico e profissional fluido abre precedentes para novas investidas sobre a natureza do fenômeno informação, o que se mostra bastante proveitoso, ao passo que suas pesquisas buscam interpretar, compreender e oferecer soluções para os diversos problemas relacionados à produção, organização e uso da informação nos mais variados contextos, frente aos mais variados formatos e suportes.

Enquanto objeto central, a informação é dotada de complexidade e bastante mutável em termos de conceituação e definição, muito em decorrência de sua relação com os processos cognitivos e o contexto de quem enuncia (Miranda, 2012, p. 158). Para Pombo (2003) a complexidade de um objeto de estudo propicia a inserção de várias competências interconectadas, fruto do trabalho interdisciplinar, pluridisciplinar e transdisciplinar que de modo lucrativo permeiam as ciências. Assim, o objeto de estudo passa a ser abordado por vários ângulos no intuito de aprofundá-lo em diferentes concepções por meio de um trabalho de análise, em que as reflexões com vista à desfragmentação do conhecimento “[...] representam um esforço de desconstrução de um estatuto que faz com que o tratamento dos objetos se dê de maneira não solidária [...]” (Gomes, 2001, p. 03). Ao considerar a informação na condição de “objeto matéria” do campo da informação, Le Coadic (1996) declara ser imprescindível considerar, também, que tal objeto investigativo é um “[...] recurso vital do qual ainda não se mediu suficientemente a extensão dos usos e não-usos” (p. 109), cuja lacuna decorre por falta de atenção com questões relacionadas aos seus usuários.

Como contributo à questão, entende-se que a utilidade e visibilidade da informação face ao sujeito podem ser ampliadas a partir do encaminhamento de estudos que versem sobre os aspectos social, cultural e histórico que permeiam as atividades de produção, organização e disseminação da informação. Neste contexto, o viés sociocultural é uma alternativa proveitosa para se ampliar os escopos investigativos em Ciência da Informação visando compreender a ação de sujeitos sociais no processo de recuperação, acesso e apropriação da informação para o uso. Acredita-se que a inserção de investigações desta natureza contribui para a análise de questões éticas, políticas, linguísticas, sociais e culturais presentes na configuração de sistemas de informação.

Em razão disso, são articuladas discussões acerca dos contributos do viés sociocultural para as pesquisas encaminhadas na Ciência da Informação. Parte-se, portanto, de um exame reflexivo da informação enquanto elemento produzido socialmente, construções estas estabelecidas na esfera individual e coletiva. Em tempos de pós-modernidade, trabalha-se com o paradigma social na Ciência da Informação para a compreensão da informação como fenômeno de ordem social e cultural.

2 O paradigma social no campo da informação

Instanciada como fenômeno de ordem social e inscrita na atualidade como sinônimo de poder, a informação é conceitualmente efêmera e sem contornos claros, inclusive no campo da informação. Esta fala não é recente, permeia o caminhar das disciplinas que compõem este campo de conhecimento e, provavelmente, as acompanhará enquanto houver o erigir pela descoberta, por novas formas de pensar e fazer ciência, considerando-se que a informação¹ é um objeto de estudo abrigador de diversas possibilidades e olhares investigativos. Do contrário, não se configuraria como um campo científico e profissional, pois “[...] a ciência propriamente dita, o processo vivo,

¹ Por ser um fenômeno ambíguo e aplicado em diferentes contextos, existem opiniões divergentes quanto à delimitação do objeto de estudo em “informação registrada” com vistas à socialização do conhecimento; atributo que condiciona novas compreensões, muitas destas oriundas pelo caráter interdisciplinar que abriga a informação enquanto fenômeno de análise. Um dos fatores que causam tal imprecisão sobre o objeto científico deriva de uma questão mais ampla, que assola as ciências humanas. Nestas, o objeto de estudo não se encontra fora do sujeito cognoscente, mas o objeto passa a ser o próprio ser que conhece, sendo necessário estabelecer o método adequado à compreensão dos fenômenos que envolvem o comportamento humano (Aranha e Martins, 1996).

ocupa-se principalmente de conjecturas que estão em processo de serem estruturadas ou testadas” (Peirce, 1983, p. 140).

Os processos de anomalias² dão nova forma à vida científica de bases interdisciplinares e causam mudanças conceituais de mundo, o que para Japiassu (1977) propicia uma visão ampliada do contexto em que a ciência correspondente se projeta, ultrapassando as limitações do saber. Encorajada pela complexidade, a ciência vivencia uma nova conjectura que parte do arcabouço de conhecimentos metódicos e racionais para novos conceitos, métodos e pensamentos mais apropriados às necessidades de uma sociedade multicultural, sendo esta marcada por quebras de paradigmas na ânsia por compreender e explicar a realidade social (Kuhn, 2001).

Essa nova configuração da ciência procura evidenciar, mediante uma flexibilidade da noção de objetividade do conhecimento científico, os fatores históricos, econômicos, políticos e sociais que orientam a prática científica (Japiassu, 1977). O referido entendimento tem sido elemento de diversos estudos e discussões, acentuando múltiplos fatores e enfatizando várias possibilidades investigativas. Dentre estas, ganha destaque no campo da informação o “paradigma pragmático e social” proposto por Shera (1970), em conformidade com a prerrogativa de que este campo do conhecimento é direcionado ao social e, como tal, exige-se uma “epistemologia social” para tratar questões relacionadas ao seu objeto. Com efeito, a marca da epistemologia social consiste em colocar “[...] a ênfase no ser humano e na sociedade como um todo, e todas as suas formas de pensar, conhecer, agir e comunicar” (Shera, 1973, p. 90).

Na condição de proposta alternativa para os alicerces epistemológicos do campo da informação, o paradigma social é concebido a partir de alicerces teóricos da Filosofia e das Ciências Sociais. Fernandes e Saldanha (2002) esclarecem que “seu caráter pragmático coloca o exame dos processos informacionais ensejados por homens situados em suas ocupações com as coisas, junto com os outros” (p. 04). Neste paradigma, as reflexões acerca da informação são direcionadas para as práticas de sua produção e usos sociais.

As propostas advindas com o paradigma social ganham terreno fértil na Ciência da Informação, uma vez que esta se inscreve no contexto da pós-modernidade na condição de ciência social aplicada. É uma ciência que transita nas concepções e fundamentos das ciências similares na tentativa de investigar e compreender o fenômeno informação em distintas esferas e abordagens, por meio de um trabalho interdisciplinar (Dal'Evedove & Fujita, 2013). Para tanto, dispõe de um conjunto expressivo de teorias, modelos e conceitos que sustentam os discursos, conhecimentos e aplicações práticas que tangenciam o seu caminhar científico (Le Coadic, 1996).

Para um caminhar evolutivo de base sólida e satisfatória, alguns aspectos que se interpõem na produção, tratamento e transferência da informação devem ser explorados e compreendidos por meio de teorias filosóficas. Este é um posicionamento necessário para a sua sobrevivência enquanto ciência, considerando-se que “a mais profunda compreensão do campo é fornecida pelo estudo das pressuposições filosóficas subjacentes” (Hjørland, 2000, p. 527). Esta inferência decorre da concepção clara de que produzir ciência pressupõe uma ação contínua na busca por novas teorias, sem pretensões a resultados imediatos.

Entretanto, identifica-se uma contraposição nos pilares científicos do campo da informação a este enunciado. Na visão de Almeida (2010), o campo abre precedentes para inúmeras tentativas de esquivar-se de teorias nulas de uma real aplicabilidade, ignorando-se, muitas vezes, a explicação racional de seus fenômenos. Paulatinamente, ignora-se a busca por novas possibilidades investigativas que permeiem o nível da reflexão em virtude da ânsia por resultados imediatos, os quais podem promover uma massificação de registros de sucessos e insucessos de experiências sem grandes avanços científicos, conforme esclareceu o referido autor:

² Os processos de anomalias ou crises paradigmáticas decorrem quando o modelo de ciência vigente levanta questionamentos, pondo em dúvida a validade de tal paradigma (Kuhn, 2001).

É lugar-comum na Ciência da Informação a tentativa de esquivar-se de teorias que não tem uma aplicabilidade imediata. A hipótese defendida por muitos é que as demandas sociais devem dirigir a busca de conceitos e teorias, e tão logo elas são identificadas, devem ser inseridas nos sistemas de informação e documentação. [No entanto], quando pensamos em uma ciência, cujo objeto seja a informação, em suas várias dimensões sociais, acreditamos que ela deve, antes de produzir resultados, explicar racionalmente os fenômenos, sob pena de sua atividade científica ser comparada aos simples registro de sucessos e insucessos de experiências (Almeida, 2010, Ap. 15).

A explicação racional dos fenômenos é usualmente posta em segundo plano nos estudos encaminhados na Ciência da Informação. Ainda se utilizam eufemismos que neutralizam as discussões e fazem com que muitos de seus problemas, provenientes do tempo atual e das limitações epistemológicas, sejam discutidos na superficialidade e não no âmago, no entroncamento entre uma avaliação mais elevada e a mera generalização conceitual (Almeida, 2010). Morin (1999) esclarece que uma possível esterilidade quanto à inserção de novas concepções científicas pode estar ligada ao grau de isolamento que uma ciência propõe ao objeto investigado. Outro aspecto que condiciona a chamada "superficialidade científica" decorre porque, em geral, "[...] os cientistas conhecem muito mal a formação de suas teorias e de seus conceitos, porque aprendem uma ciência divorciada da história das idéias, da vida social, econômica e política" (Japiassu, 1977, p. 18).

Essa visão permite sintetizar que a Ciência da Informação não deve reduzir a explicação de fenômenos observáveis e suas possibilidades de conhecimento em unidades independentes uma das outras, pois "[...] as características constitutivas não são explicáveis a partir das características das partes isoladas" (Von Bertalanffy, 1977, p. 83). O que está subjacente é o fato do conhecimento ser construído num processo dual, não somente na relação, mas, sobretudo, na interação (Vigotski, 1987; 1991).

Tal visão calca-se na premissa de que não há conhecimento no isolamento; o conhecimento se constrói na relação do ser humano com o mundo, com o outro. Sendo assim, o processo científico deve ser conduzido mediante a complexidade dos fenômenos que circundam cada ciência. Para isso, parte-se do viés sociológico para se compreender os fenômenos da prática científica a partir das relações sociais estabelecidas entre instituições e sujeitos individuais para a manutenção do conhecimento científico (Bourdieu, 1983; Japiassu, 1977; Santos, 2003, dentre outros). Nesta proposta, o campo da informação e suas disciplinas ocupacionais direcionam-se às questões ligadas à informação, o que lhes confere um caráter social ao passo que "[...] a origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação" (Borko, 1968, p. 3) decorrem de demandas sociais apresentadas por sujeitos que estabelecem relações com o outro na busca pelo conhecimento.

As dimensões de significação e de relação social circundam o conceito informação em diversos níveis e complexidade. A falta de clareza destes aspectos desencadeou a mudança de paradigma na Ciência da Informação, cujo intento foi avançar em questões que envolvessem os contributos do aporte matematizante da informação (paradigma físico) e do aporte cognitivo da informação (paradigma cognitivo) (Capurro, 2003). Fernandes e Saldanha (2012) lembram que na década de 1990 o problema da materialidade da informação na epistemologia da Ciência da Informação de âmbito internacional ganhou notoriedade, o que resultou na observância das dinâmicas de apropriação, produção, utilização e reutilização da informação nas práticas sociais. A partir desse ponto de vista classificatório, passou-se a considerar o paradigma social da informação, cujo pensamento dominante recaiu nas práticas de produção e usos sociais da informação.

De modo geral, esta alternativa paradigmática amplia os potenciais de análise da informação e seus efeitos sociais "[...] no plano das práticas locais que se apropriam e produzem novos sentidos, novos valores e transformam a realidade" (Fernandes & Saldanha, 2012, p. 19). A tônica dos diálogos e pesquisas que passaram a trilhar essa base alternativa para os alicerces epistemológicos e teóricos da Ciência da Informação

atrelam os modos de produção e apropriação social da informação e informação no social.

A Ciência da Informação ampara-se de modo bastante salutar nessa perspectiva quando se considera o seu relacionamento inseparável com o social, em virtude da conhecida explosão da informação registrada, os problemas relacionados à comunicação do conhecimento em contextos sociais, os comportamentos da informação, os fluxos e os meios de processamento da informação, etc. (Borko, 1968; Saracevic, 1996). Quando se examinam os paradigmas da Ciência da informação que sinalizam os principais enfoques abordados, bem como propiciam uma compreensão geral sobre o pensamento dominante durante o seu desenvolvimento científico, verifica-se que o paradigma social é o que estabelece uma postura mais harmoniosa entre a prática e o discurso científico.

Embora apresentem pontos de vista independentes (visões fisicistas, cognitivas e sociocognitivas), os três paradigmas podem ser considerados complementares ao figurarem como perspectivas contribuintes na consolidação da Ciência da informação (Olson & Boll, 2001; Capurro, 2003). Na ótica de Capurro (2003), essas orientações dominantes podem ser compreendidas em: *paradigma físico* centrado no sistema – baseia-se na existência de um objeto físico que, mediante a concepção do processo de comunicação, é transferido do emissor para o receptor por meio de um canal; *paradigma cognitivo* centra-se no usuário – influenciado por Popper³ a partir do modelo proposto por Brookes⁴ para evidenciar que a informação modifica a estrutura cognitiva dos sujeitos; e *paradigma social* resultante do reducionismo das propostas anteriores – orienta-se pela interação do usuário enquanto ser individual e do contexto social no processo de recuperação da informação. Neste, a informação é tratada mediante o seu contexto de enunciação, situações e propósitos (Saracevic, 1999).

O paradigma social é fortemente conduzido pela orientação social-epistemológica apresentada por Hjørland e Albrechtsen (1995) denominada de Análise de Domínio (*domain analysis*). O pensamento defendido é de que a Ciência da Informação necessita de explicações com um fundo sociológico, visto que o seu objeto investigativo é socialmente produzido, transferido e utilizado. A Análise de Domínio é uma proposta contributiva para destacar as dimensões sociais, históricas e culturais que circundam a informação, enquanto pré-condições necessárias para o entendimento da informação e do conhecimento individual. O posicionamento dos autores baseia-se, em especial, no fato desta abordagem ser ancorada teoricamente na construção de princípios das práticas sociais de natureza informativa, cuja proposta é realizar uma análise qualitativa, histórica e funcional da informação (Hjørland & Albrechtsen, 1995).

Em sintonia com o exposto, vale destacar que a Análise de Domínio, combinada com as pesquisas tradicionais da Ciência da Informação, propicia o fortalecimento da identidade científica e um relacionamento mais harmonioso entre a pesquisa e a prática profissional, pois esta abordagem “[...] torna o campo da ciência mais coerente, promove a consolidação teórica e melhora os contatos e trocas interdisciplinares [...]” (Hjørland, 2002, p. 451). O ponto básico é de que “[...] há uma interação entre estruturas de domínio e conhecimento individual, uma interação entre os níveis social e individual” que não podem ser simplesmente ignorados, uma vez que os domínios de conhecimento são constituídos por atores sociais que possuem visões de mundo, estruturas de conhecimento, critérios de relevância e inclinações que são individuais e subjetivos, bem como estilos cognitivos particulares (Hjørland & Albrechtsen, 1995).

³ Ao apresentar a teoria dos três mundos - mundo físico (material), mundo do conhecimento subjetivo ou dos “estados mentais” e mundo do conhecimento objetivo (produtos da mente humana) -, Popper (1972) propicia uma importante abertura à Ciência da Informação com a adoção das interações entre os mundos do conhecimento subjetivo e do mundo do conhecimento objetivo.

⁴ Ao afirmar que o conhecimento é “[...] uma estrutura de conceitos ligados por suas relações”, em que a informação constitui “uma pequena parte dessa estrutura”, Brookes (1980, p. 131) busca amparo mediante a equação $K[S] + \Delta I = K[S + \Delta S]$, onde a estrutura de conhecimento $K[S]$ é modificada para uma nova estrutura $K[S + \Delta S]$ pela informação ΔI , e ΔS passa a indicar a mudança, originando-se uma nova estrutura. Nesta, a estrutura de conhecimento subjetiva ou objetiva é transformada pela informação em uma nova estrutura de conhecimento, num processo cíclico.

Para Hjørland (2003) a compreensão da informação no paradigma social vale-se dos processos socioculturais envolvidos, em virtude do valor informativo estar inserido dentro de um domínio de conhecimento. Assim, “[...] o conhecimento e interesses prévios do indivíduo estão entrelaçados em uma rede social que os sustentam em seu existir humano” (Almeida, Bastos & Bittencourt, 2007, p. 81), cujo olhar transcende a compreensão da informação exclusivamente como mercadoria. Mais do que isso, passa-se a perceber o “valor da informação” e o “quem” da informação no tecido social (González de Gómez, 1987; 1990), a considerar o “estatuto social da informação” e a refletir sobre o contexto das práticas socioculturais como ponto de apoio ao exame do “para” da informação na esfera individual e/ou coletiva (Marteleteo, 1987).

Por decorrência, admitir o paradigma social é preservar a individualidade do usuário ou grupo de usuários da informação e suas especificidades ao considerar o contexto sociocultural mais amplo em que a informação é interpretada, com fins de geração de conhecimento.

3 Contextualizando a abordagem sociocultural no campo da informação

Para Jeanneret (2005) a informação se redefine sem cessar porque se constitui em relação à ação. Tal entendimento acentua as práticas de produção e usos sociais da informação ao retomar a experiência direta do homem com o mundo, isto é, na sua relação com o outro (Hegenberg, 1974). Complementando a questão, Almeida Júnior (2009) sinalizou que a informação, na medida em que destrói certezas momentâneas, exige a reconstrução do conhecimento, pois esta não elimina incertezas e; ao representar o desconhecido e não ser previsível, a informação “[...] é inquieta e, como tal, causa inquietações, conflitos. Apesar de se constituir no indivíduo, é dependente do coletivo” (p. 98).

Para ser socializável a informação precisa ser aceita pelo sujeito. Tem de haver certa reciprocidade entre o ato de socializar a informação e sua plena aceitação por parte do sujeito na condição de usuário. Entretanto, Francelin (2003) indagou se o simples fato de o sujeito aceitar a informação significa a socialização ou o ensejo da socialização da informação, diante da necessidade informacional da atual sociedade de consumo, nada mais é do que o estoque de informação, mantendo o instinto conservativo do campo da informação e suas disciplinas de domínio.

Aceitando a necessidade de se conceber a informação em seu contexto de enunciação, tem-se assegurada, pelo menos em certo grau, a compreensão de determinadas práticas de complexidade que envolve a atividade informacional. Sobre isto, Silva (2006) esclareceu que,

[...] a informação social está implicada no processo de gestão de qualquer entidade organizacional e, assim sendo, as práticas informacionais decorrem e articulam-se com as concepções e práticas dos gestores e atores e com a estrutura e cultura organizacionais, devendo o cientista da informação, em vez de estabelecer ou impor regras operativas, compreender o sentido de tais práticas e apresentar dentro de certos modelos teóricos as soluções (retro ou) prospectivas mais adequadas (p. 22).

Para Aquino (2007) “a síntese entre sociedade e conhecimento torna cada vez mais salutar a necessidade de o conhecimento ser aprendido à luz de sua dimensão social” (p. 10). Do contrário, cria-se uma lacuna quando não são enfatizadas as trocas informacionais e a produção de conhecimento como fenômenos sociais. Capurro (1992, citado por González de Gómez, 2002, p. 32) alertou que “[...] a informação não é produto final de um processo de representação, nem algo transportado de uma mente a outra, ou, enfim, algo a ser retirado do casulo de uma subjetividade [...]”. Mais do que isso, é “uma dimensão existencial” do sujeito no mundo. Logo, é preciso destacar o papel ativo dos atores sociais na seleção de sentidos que se localizam em espaços históricos, sociais e culturais específicos.

Nessa concepção, o estado de mundo do sujeito impõe novas exigências ao campo da informação, compondo um panorama à informação enquanto elemento produzido socialmente na esfera individual e coletiva pelos sujeitos. O enfoque de aspectos socioculturais nas investigações que trabalham com a relação estabelecida entre

sujeitos e informação tem sido destacado, sobretudo, pela necessidade de se observar as práticas sociais que sustentam as muitas e variadas formas válidas de conhecimento no processo de geração de informação. Em outras palavras, envolver e considerar os conhecimentos dos atores sociais e o entorno social em que estes sujeitos estão imersos.

Essa prática confere aceitar que é na formação discursivo-coletiva que a informação adquire seu sentido de uso, aumentando as possibilidades desta de se transformar em conhecimento. Assume-se, então, a postura de que a sociedade é fruto da ação humana em seu contexto de vida. Assim sendo, baseia-se na experiência dos sujeitos diante das interações com o outro, uma vez que não há conhecimento no isoladamente, pois ele se constrói na relação com o mundo (Freire, 1997; Vigotski, 1991).

Considerando essa realidade, Francelin (2012) alertou que a comunicação entre os sujeitos que são membros de um grupo social requer regras compartilhadas e, portanto, as linguagens de organização e recuperação da informação devem considerar elementos como a garantia cultural, epistêmica e ética que circundam a informação, “[...] de modo a dar sustentação e valor aos conhecimentos e às crenças de cada grupo social” (p. 80). O entendimento do referido autor ampara-se na prerrogativa de que um grupo social possui uma cultura particular. Esta, por sua vez, desenvolve características próprias quando vinculada a um contexto referencial. Neste imbricamento, os sujeitos do grupo passam a ser seletivos com as informações, em especial no que tange às “ações de informação”, pois existe uma relação direta entre a informação que circula neste grupo com a sua cultura, o que o autor chama de “cultura informacional” (Francelin, 2012).

Sobre a construção de estruturas significantes, cabe mencionar as palavras de Andrade (2006) para o qual as representações do conhecimento traduzem “[...] a visão de mundo que cada um de nós possui em determinado momento sociocultural e histórico e que está também presente nas linguagens utilizadas e nos suportes disponíveis para essas representações” (p. 47). Essa opinião coaduna com o que Shera (1957) assinalou como sendo uma necessidade básica para as atividades de organização e representação da informação e do conhecimento: “toda classificação tem como base o pensamento, mas é pragmático e instrumental. É ao mesmo tempo permanente e efêmero. Permanente porque sem ele a cognição é impossível; efêmero porque pode ser rejeitado quando sua utilidade se exaure” (p. 57).

Ocorre, então, a necessidade de se entender que um objeto ou fenômeno depende de sua categorização e que tal categorização possui uma validade, isto é, uma efetividade diante do que o sujeito julga e/ou considera como sendo relevante, sendo esta condição efêmera. Para determinar a validade dessa categorização é preciso adotar critérios; construir procedimentos que sejam capazes de verificar sua consistência; e ser aceita – via consenso social (Shera, 1957).

As discussões empreendidas sobre os aspectos cultura, informação e sujeito não são recentes na Ciência da Informação. Todavia, as atuais reflexões que se debruçam sobre a inter-relação desses elementos apontam a relevância deste eixo investigativo para o avanço epistemológico do campo da informação. Contudo, visualizar com clareza o significado de um resultado em um campo científico e profissional permeado por paradigmas e posturas epistemológicas que são complementares e, em tese, concorrentes quando se trata de observar o fenômeno informação, não é tarefa simples. A dificuldade é desatrelar os discursos protagonistas que em muito direcionam o olhar do cientista da informação. No entanto, acredita-se que a informação exige uma flexibilidade interpretativa no processo de construção de teorias e significados mais proveitosos, com vistas a utilizar o “social” do campo da informação a seu favor.

Atualmente, o viés sociocultural mostra-se um contributo à questão, pois parte-se do entendimento de que não há dicotomia entre o ser humano e a sociedade, em outras palavras, sujeito e coletividade. Toma-se por base o aporte psicossocial, ideia fortemente retomada nas últimas décadas (Fávero, 2005). Nesse universo, destacam-se as teorias de Vygotsky (1896-1934) referente à compreensão do funcionamento mental humano e a inter-relação entre as dimensões individual, social e cultural. De

modo geral, a teoria sociocultural do desenvolvimento cognitivo, pensamento com raízes na teoria marxista do materialismo dialético, defende que a vida material e as mudanças históricas na sociedade produzem mudanças na natureza humana.

A grande contribuição de Vygotsky (1978) foi indicar que os processos mentais superiores nos seres humanos são influenciados pelos meios socioculturais que os medeiam e; por conta da consciência própria do homem, a mediação semiótica atua como o instrumento que cria as formas de atividades verdadeiramente humanas, baseada em meios de produção historicamente transmitidos e socialmente criados (Cole, 1985).

Na década de 1990, as investigações sobre cultura e cognição realizadas pela abordagem sociocultural tornaram-se progressivamente mais consistentes em virtude das contribuições advindas da Antropologia, Sociologia e Educação. Segundo Fávero (2005) o ser humano, na condição de ser ativo, é o elemento que sustenta o paradigma sociocultural, haja vista que a interação humana é considerada uma troca de significados, em um movimento permanente com o mundo. Indo além nessa questão, a autora afirmou que as ações humanas não são aleatórias, mas correspondem às práticas sociais com um conteúdo que lhes dão fundamento, ou seja, na sua interação com as representações sociais ou “vozes institucionais” e as práticas de uma sócio-cultura própria (Fávero, 1994).

Ribas e Moura (2006, p. 130) esclareceram que “a atividade psicológica interna do indivíduo tem sua origem na atividade externa, nas trocas com os outros membros do grupo social, trocas que se inserem em um determinado contexto cultural”. Em decorrência, passa-se a considerar a abordagem sociocultural ou *paradigma pessoal* (Young, 1997⁵, citado por Fávero, 2005) que preserva a identidade do sujeito sem precisar apartá-lo do coletivo.

No âmbito da abordagem sociocultural, o conceito de cultura engloba todos os fatores inerentes ao sujeito e suas relações no âmbito da coletividade. Alguns dos princípios que norteiam esta abordagem estão imbricados nos seguintes entendimentos: nenhuma atividade humana está destituída de significado – toda e qualquer atividade humana é dotada de um sistema de significação em um determinado contexto social e cultural e, toda atividade humana é mediada por instrumentos materiais, sistemas de signos, práticas culturais, sendo tais mediadores carregados de significação cultural (Rogoff e Chavajay, 1995).

Trazendo essa concepção para o contexto das atividades de organização e representação da informação e do conhecimento, Varela e Barbosa (2012) sinalizaram que as necessidades de informação dos sujeitos são resultantes de problemas, incertezas e ambiguidades decorrentes de situações e experiências que, por serem específicas, comportam fatores ligados às questões subjetivas e culturais, dentre outras. Compatível com a ideia pós-moderna da abordagem sociocultural ou paradigma pessoal, as autoras esclarecem que, no campo da informação, “[...] não estamos apenas preocupados com o significado, mas sim com as condições, padrões e regras de uso, que tornam a informação significativa para determinados indivíduos em determinadas situações” (Varela & Barbosa, 2012, p. 143).

Nota-se, portanto, a necessidade de tomada de consciência⁶ por parte do sujeito de que toda ação humana é uma prática social fundamentada por conteúdos. Assim, objetos e ações em si mesmos figuram como veículos “[...] na mediação dos significados, que integram as representações sociais das áreas do conhecimento, existindo uma interação entre os paradigmas pessoais e institucionais” (Varela & Barbosa, 2012, p. 144). Então, qualquer análise do fenômeno da informação exige intersecção do campo da informação com o campo das Ciências Cognitivas, atrelando-se aos estudos questões que versam sobre estruturas cognitivas, modelo de conhecimento, processos cognitivos, atos de conhecer, dentre outros (Rozados, 2003). Todavia, não basta direcionar esforços para o enfoque cognitivo, é preciso inserir estes

⁵ Young, G. *Adult development, therapy and culture. A postmodern synthesis*. New York: Plenum Press. 1997.

⁶ Freire (1985) afirma que a tomada de consciência é o primeiro momento de apreensão da realidade pelo sujeito, sendo possível porque o homem é e está “situado” e “datado” no mundo, bem como atua como espectador “com” e “no mundo”.

e outros aspectos nos contextos sociais e culturais em que o usuário e o profissional da informação estão inseridos.

Esta ideia é compartilhada por Hjørland e Albrechtsen (1995) ao inferirem que é preciso vincular os aspectos cognitivos à perspectiva social, cultural e histórica mais ampla, conforme apresentado anteriormente. Para os referidos autores, a visão cognitivista deve integrar o universo sociológico e cultural, o que implica retirar a atenção da estrutura individual do conhecimento (domínios do discurso) e direcioná-las às comunidades discursivas que produzem, partilham e, naturalmente, consomem o conhecimento. A despeito disso, indicaram que para identificar o domínio do discurso ou domínio do conhecimento, enquanto espaço científico ou profissional que possui estruturas de comunicação, tipo de documentos e combinações informacionais únicas e específicas e, paralelamente, sua comunidade de intérpretes, deve-se considerar o contexto social que o produz (Hjørland & Albrechtsen, 1995). Tal implicação exige do campo da informação retirar a atenção da estrutura individual do conhecimento e direcioná-la para as comunidades de intérpretes.

4 Propostas e efeitos discursivos

Nos últimos anos foi sendo germinada no campo da informação a necessidade de se considerar o ser humano na vivência coletiva. A importância de serem direcionados olhares para questões relacionadas à compreensão do social e do cultural decorre da valorização da informação enquanto fenômeno humano e social.

Neste cenário, dentre outros autores, comungam as ideias de Saracevic (1996) ao expor que, enquanto objeto de estudo, a informação está sujeita às mudanças da sociedade; Hjørland e Albrechtsen (1995), Jacob e Shaw (1998) e Ørom (2000) que advogam sobre a necessidade de se considerar o contexto social mais amplo do processamento da informação, isto é, necessidade de focar os aspectos coletivos do contexto social que perpassam o processamento da informação; Marteleto (2002) ao indicar que a informação não é processo, matéria ou entidade separada das práticas e representações de sujeitos que vivem e interagem na sociedade, inseridos em dados espaços e contextos culturais; e Morado Nascimento (2006) para quem a informação não deve ser apenas fisicamente observada, mas historicamente construída.

Tendo a preocupação base de esclarecer um problema social concreto, a Ciência da Informação se desenvolve em função de uma necessidade social (Le Coadic, 1996). Certamente, tal condição remete-nos a (re)pensar o papel social implícito no campo da informação. Na visão de Aquino (2007, p. 11) isto implicaria em “[...] questionar o conhecimento científico produzido procurando refleti-lo nos discursos e nas práticas e compreender as condições de possibilidade de sua existência como um conhecimento social que propõe a resolver problemas ligados à informação”. Este olhar coaduna com o de Saracevic (1978) para o qual o pensamento reconstrutivo desvincula e deslegitima os velhos estilos e práticas convencionais da Ciência da Informação na figura de ciência clássica, a fim de ampliar a essência social estabelecida desde os seus primórdios. É reescrever tal ciência no intuito de assumir a responsabilidade social que a cerca e a potencializa diante dos novos anseios da atual sociedade.

Cabe à Ciência da Informação reconhecer que esta nova conjectura não implica na anulação dos conhecimentos construídos e acumulados durante o seu caminhar científico, mas, sim, em perceber a necessidade de atualizar o seu modelo tradicional empregado desde as práticas de criação, organização e distribuição da informação ampliada para a cadeia dos fluxos, transmissão e apropriação na esfera individual e coletiva. De modo preciso, isto quer dizer articular os enfoques atuais a fim de assistir as necessidades pós-modernas de informação.

Fortalecer a identidade da Ciência da Informação diante de tantos paradoxos; necessidade emergente em meio às incertezas que pairam no seu domínio científico. Para tanto, González de Gómez (2002) sugeriu demarcar o domínio da Ciência da Informação no contexto das ações sociais – enfatizar a natureza relacional do ser humano. Em corroboração, entende-se que, ao “[...] conceber a informação como uma dimensão das práticas e interações do sujeito situado no mundo com outros sujeitos”

(Aquino, 2007, p.13), o campo da informação abre precedentes para validar uma condição genuinamente humana: relacionar-se no mundo, com o mundo e com os outros em um processo de dimensão existencial.

A partir dessas condições, torna-se importante questionar a informação e sua condição de "informação social" que o campo da informação produz, reproduz e dissemina. Isto porque, na atual sociedade "[...] oferecer serviços e produtos com valor agregado representa uma demonstração de valorização e reconhecimento da importância de seus usuários" (Carvalho, 2004, p. 38). Para tanto, torna-se imprescindível que a Ciência da Informação desenvolva diálogos mais salutares com outras formas de conhecimento que abordem a informação instanciada no contexto social, "[...] tendo como eixo a compreensão de seu papel na resolução de problemas sociais com os quais indivíduos se deparam no mundo das coisas ou no mundo da vida" (Aquino, 2007, p.13).

Para entender a questão da informação instanciada no seu contexto social e a relevância de se assumir esta condição nas pesquisas em Ciência da Informação, toma-se como base o processo de organização e representação da informação e do conhecimento. Com início na análise documental, a partir dos sistemas de classificação documental e regras de catalogação que são utilizadas com o propósito de "obter e oferecer representações" sobre o documento em análise – seu conteúdo e todas as suas relações existentes –, o referido processo visa a caracterizar o documento. A partir da organização física (aspectos extrínsecos) e temática (aspectos intrínsecos) do documento com base nos princípios da catalogação, cria-se o registro documental, porta de acesso do usuário às informações contidas nos documentos que pertencem ao acervo da biblioteca por meio do catálogo, local onde se materializam os registros bibliográficos. Por decorrência, os registros bibliográficos passam a ser o principal componente do catálogo ao atuarem como representações substitutas dos documentos dispostos no acervo (Olson & Boll, 2001).

Segundo pontuaram Rendon Rojas e Herrera Delgado (2010),

a ordem e as relações entre os elementos de um registro, dotam o documento de significado, sua informação e conteúdo, o que permite a relação dos elementos entre registros. Agora a reunião de múltiplos registros dá como resultado a existência do catálogo, que em sua estrutura global, manifesta as relações entre registros documentais, documentos, agrupamento e localização espacial; fazendo evidente sua própria forma de ordenação que é guiada pela normalização em seu contínuo crescimento e reflete a ordem bibliográfico-documental da biblioteca (p. 14).

Essas ações acentuam a catalogação como um processo fundamental vinculado à organização e a representação da informação e do conhecimento. Baptista (2006) indica que o antigo conceito de catalogação tradicional, restrito à descrição do documento, evoluiu para o conceito de representação com vistas ao uso e intercâmbio de todo e qualquer registro bibliográfico. Neste cenário, "a questão da representação passa a ocupar um lugar privilegiado quando os profissionais da informação e os próprios usuários reconhecem a sua relevância na transferência da informação" (Andrade, 2006, p. 47).

González de Gómez (1993) explica que a transferência de informação é "[...] um conjunto de ações sociais com que os grupos e as instituições organizam a comunicação da informação, através de procedimentos seletivos que regulam sua geração, distribuição e uso" (p. 217). Assim, para ser socializada por meio de representações que perpetuem no espaço e no tempo, a informação precisa ser materializada, considerando-se que "se qualquer coisa é, ou poderia ser informativa, então tudo é, ou poderia ser, informação. Nesse caso chamar alguma coisa de 'informação' há pouco ou nada para defini-la" (Buckland, 1991, p. 356). Mas, além de sua materialização, é preciso reconhecer que a informação pode ser percebida e compreendida em diferentes nuances, ponderando-se que a realidade é construída socialmente (Berger & Luckmann, 1985).

O exposto indica que ser informação é situacional, de modo que, conforme sinalizam Smith e Barreto (2002), as informações passam a figurar como "[...] estruturas simbolicamente significantes, codificadas de forma socialmente

decodificável e registradas [...] que apresentam a competência de gerar conhecimento para o indivíduo e para o seu meio” (p. 21). Este ângulo preserva o objetivo da própria informação - apreensão dos sentidos ou seres em sua significação -, uma vez que “[...] comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal [...]” (Le Coadic, 1996, p. 04).

Francelin (2012, p. 77) esclarece que o ato de ‘acionar’ uma informação pode ter dois entendimentos, olhares: a) o primeiro comporta a mobilização de informações sobre determinado tema que seja de interesse do sujeito; b) o segundo engloba a apreensão das informações consideradas relevantes pelo sujeito a partir do fornecimento, dentro de um contexto cultural de atividade, de informações pertinentes. Do ponto de vista de Lenzi e Brambila (2006), uma das preocupações encabeçadas no campo da informação volta-se para a construção de estruturas significantes que sejam eficientes no que tange à geração do conhecimento. Estas estruturas significantes para os sujeitos estão inscritas na memória coletiva e, dessa maneira, “[...] para que se gere conhecimento é preciso estar embrenhada nas culturas locais” (Lenzi & Brambila, 2006, p. 10).

Em vista disso, considerar a natureza sociocultural das atividades informacionais é considerar as pessoas e o contexto no qual elas estão inseridas, sendo esta uma ação bastante salutar para as pesquisas em Ciência da Informação, uma vez que para ser “adequadamente assimilada”, é necessário estender preocupações acerca das questões que tornam a informação significativa para os que dela farão uso. Isto, por sua vez, implica em admitir que a informação seja situacional e, assim sendo, os produtos e serviços informacionais gerados nas atividades de organização e representação da informação e do conhecimento devem contemplar esta característica.

5 Algumas considerações

As reflexões encabeçadas neste estudo reforçam o entendimento de que a Ciência da Informação precisa estender seus estudos e reflexões mediante a abordagem sociocultural, visando dialogar com diversas perspectivas culturais que lhe favoreça uma abertura interdisciplinar e, por consequência, análises alternativas acerca das questões relativas à cultura e ao contexto social em que os usuários da informação estão inseridos.

Nesta perspectiva, mostra-se oportuno prosseguir com investigações que assumam a abordagem sociocultural no campo da informação, a fim de legitimar a nomenclatura social e humana implícita em suas bases científicas de modo a oferecer formas alternativas de se interpretar a relação do sujeito com a informação mediante contextos relacionais e de complexidade.

As reflexões realizadas no presente estudo evidenciam que o valor da informação é dependente do significado atribuído pelo sujeito, o que implica conceber a informação em seu contexto de enunciação para vinculá-la à cultura específica de cada domínio do conhecimento, isto é, a informação deve ser vista como uma dimensão das práticas e interações do usuário, na condição de sujeito social, em seu domínio do conhecimento.

Os elementos cultura, sujeito e informação exercem uma relação dinâmica entre si. Sendo assim, é proveitoso que as pesquisas em Ciência da Informação considerem que as ações humanas não são aleatórias, mas correspondem às práticas sociais com um conteúdo que lhes dão fundamento. Valer-se da abordagem sociocultural é compreender que a atividade humana é dotada de um sistema de significação em um dado contexto cultural e social, sendo mediada por instrumentos carregados de significação cultural. Esses princípios coadunam na Ciência da Informação, uma vez que a preocupação central deste campo científico é tornar a informação significativa para os que dela necessitam. Isto implica uma efetiva preocupação sobre as condições, padrões e regras de uso e compartilhamento, enquanto fatores que tornam a informação significativa, sendo preciso considerar o sujeito e suas relações na coletividade.

Referências

- Almeida, C. C., Bastos, F. M., & Bittencourt, F.** (2007). Uma leitura dos fundamentos histórico-sociais da ciência da informação. *Revista Eletrônica Informação e Cognição*, 6(1), 68-89.
- Almeida, C. C.** (2010). Pragmatismo e Semiótica de Peirce na organização da informação. *Scire*, 16, 15-20.
- Almeida Júnior, O. F. de.** (2009). Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Pesq. bras. Ci. Inf.*, 2 (1), 89-103.
- Andrade, M. E. A.** (1996). Um olhar sobre representações no universe do conhecimento: o caso das micro e pequenas empresas. In: Naves, M. M. L.; Kuramoto, H. (Org.). *Organização da informação: princípios e tendências* (pp. 46-61). Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros.
- Aquino, M. de A.** (2007). A ciência da informação: novos rumos sociais para um pensar reconstrutivo no mundo contemporâneo. *Ci. Inf.*, 36(3), 9-16.
- Aranha, M. L. de A., & Martins, M. H. P.** (1996). *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna.
- Baptista, D. M.** (2006). A catalogação como atividade profissional especializada e objeto de ensino universitário. *Informação & Informação*, 11(1).
- Berger, P., & Luckmann, T.** (1985). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Cozes.
- Borko, H.** (1968), "Information science: what is this?", *American Documentation*, 19 (1), 3-5.
- Bourdieu, P.** (1983). O campo científico. In: Ortiz, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática.
- Brookes, B. C.** (1980). The foundations of Information Science: part I. philosophical aspects. *Journal of Information Science*, 2, 125-133.
- Buckland, M. K.** (1991). Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, 42 (5), 351-360.
- Capurro, R.** (2003). Epistemologia e ciência da informação. *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB: Vol. 5*. Belo Horizonte: UFMG.
- Carvalho, I. C. L.** (2004). *A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias*. Rio de Janeiro: Interciência.
- Cole, M.** (1985). The zone of proximal development: Where culture and cognition create each other. In: J. V. Wertsch (Org.), *Culture, communication and cognition. Vygotskian Perspectives* (pp. 146-161). Cambridge: Cambridge University Press.
- Dal' Evedove, P. R., & Fujita, M. S. L.** (2013). O movimento interdisciplinar em Ciência da informação: uma reflexão epistemológica. *DataGramaZero*, 14(3).
- Fávero, M. H.** (2005). Desenvolvimento Psicológico, Mediação Semiótica e Representações Sociais: Por uma Articulação Teórica e Metodológica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21 (1), 17-25.
- Fávero, M. H.** (1994). O valor sócio-cultural dos objetos e a natureza sócio-cultural das ações humanas: A mediação exercida pelo meio escolar no desenvolvimento e na construção do conhecimento [Resumo]. Em R. S. L. Guzzo (Org.), *Anais do XVII International School Psychology Colloquium e II Congresso Nacional de Psicologia Escolar* (pp. 57-61). Campinas: Sociedade Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional.
- Fernandes, G. C., & Saldanha, G. S.** (2012). Contribuições de Marteleto e González de Gómez ao entendimento do informacional: diálogos com três aportes da informação. *Ponto de Acesso*, 6(1), 2-31.
- Francelin, M. M.** (2003). A epistemologia da complexidade e a ciência da informação. *Ciência da Informação*, 32(2), 64-68.
- Francelin, M. M.** (2012). Espaços de significação. *Ponto de Acesso*, 6(1), 75-91.
- Freire, P.** (1997). *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. (6th ed.) RJ: Paz e Terra.
- Gomes, H. F.** (2001). Interdisciplinaridade e ciência da informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. *DataGramaZero*, 2(4).

González de Gómez, M. N. (1993). A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ciência da Informação*, 22(3), 217-222.

González de Gómez, M. N. (2002). Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. In: Aquino, M. de A. (Org.). *O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades* (pp. 25-47). João Pessoa: Editora Universitária.

González de Gómez, M. N. (1990). O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. *Ciência da Informação*, 19(2), 117-122.

González de Gómez, M. N. (1987). O papel do conhecimento e da informação nas formações políticas ocidentais. *Ciência da Informação*, 16(2), 157-167.

Hegenberg, L. (1974). *Definições: termos teóricos e significados*. São Paulo: Cultrix.

Hjørland, B., & Albrechtsen, H. (1995). Toward a New Horizon in Information Science: Domain-Analysis. *Journal of the American Society for Information Science – JASIS*, 46(6), 400-425.

Hjørland, B. (2002). Domain analysis in information science: eleven approaches-traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, 58, 422-462.

Hjørland, B. (2003). Fundamentals of knowledge organization. *Knowledge Organization*, 30(2), 87-111.

Hjørland, B. (2000). Library and information science: practice, theory and philosophical basis. *Information Processing and Management*, 16, 501-531.

Jacob, E. K., & Shaw, D. (1998). Sociocognitive perspectives on representation. In: Williams, M.E. (Ed.), *Annual Review of Information Science and Technology* Medford (pp. 131-185). NJ: Information Today for American Society for Information Science.

Japiassú, H. (1977). *Introdução ao pensamento epistemológico*. (2th ed.). Rio de Janeiro: F. Alves.

Jeanneret, Y. (2005). Information. In: COMMISSION FRANÇAISE POUR L'UNESCO. *La société de l'information: glossaire critique* (pp. 87-89). Paris: La Documentation Française. 87-89.

Kuhn, T. (2001). *A estruturas das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.

Le Coadic, Y-F. (1996). *A ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros.

Lenzi, L. A. F., & Brambila, E. Z. (2006). Ciência da informação, ciência e revolução Científica: breve histórico e reflexões. *Inf. Inf.*, 11(1).

Marteleto, R. M. (2002). Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: Aquino, M. A. *O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades* (pp. 101-115). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.

Marteleto, R. M. (1987). Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno? *Ciência da Informação*, 16(2), 169-180.

Miranda, M. K. F. de O. (2012). *O Custodialismo e a Teoria da Intencionalidade*. 1. ed. Recife: Liber.

Morado Nascimento, D. (2006). Abordagem sociocultural da Informação. *Informação e Sociedade: estudos*, 16(2), 21-34.

Morin, E. (1999). Por uma reforma do pensamento. In: Pena_Vega, A; Nascimento, E. P. do. (Orgs). *O pensamento complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. (3th ed). Rio de Janeiro: Garamond.

Olson, H. A., & Boll, J. (2001). *Subject analysis in online catalogs*. (2th ed). Englewood, CO: Libraries Unlimited.

Ørom, A. (2000). Information science, historical changes and social aspects: a nordic outlook. *Journal of Documentation*, 56(1), 12-26.

Peirce, C. S. (1983). *Escritos Coligidos*. In: *Os Pensadores*. (A. M. "Dliveira & S. Pomerangblum, Trans). São Paulo: Abril Cultural.

Pombo, O. (2003). Epistemologia da interdisciplinaridade. *Seminário Internacional Interdisciplinaridade*. Recuperado em 15 janeiro, 2011, do http://www.humanismolatino.online.pt/v1/pdf/C002_11.pdf.

Popper, K. (1972). *Objective knowledge: an evolutionary approach*. London: Oxford.

Rendón Rojas, M. Á., & Herrera Delgado, L. B. (2010). Bases filosóficas de la organización de la información. *Perspectivas em ciência da informação*, 15(1), 3-17.

- Ribas, A. F. P., & Moura, M. L. S. de.** (2006). Abordagem sociocultural: algumas vertentes e autores. *Psicologia em Estudo*, 11(1), 129-138.
- Rogoff, B., & Chavajay, P.** (1995). What's become of research on the cultural basis of cognitive development? *American Psychologist*, 50(10), 859-877.
- Rozados, H. B. F.** (2003). A ciência da informação em sua aproximação com as ciências cognitivas. *Em questão*, 9(1), 79-94.
- Santos, B. S.** (2003). *Um discurso sobre a ciência*. São Paulo: Cortez.
- Saracevic, T.** (1978). A educação em ciência da informação na década de 80. *Ciência da Informação*, 7(3), 3-12.
- Saracevic, T.** (1996). Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 1(1).
- Saracevic, T.** (1999). Information science. *Journal of the American Society for Information Science*, 50(12), 1051-1063.
- Shera, J. H.** (1957). *Padrão estrutura e conceituação na classificação*. Hagar Espanha Gomes, Trans.). Recuperado em 10 novembro, 2010, do <http://www.conexaorio.com/biti/shera/index.htm>.
- Shera, J. H.** (1970). *Sociological foundations of librarianship*. New York: Asia Publishing House.
- Shera, J. H.** (1973). Toward a theory of librarianship and information science. *Ciência da Informação*, 2(2), 87-97.
- Silva, A. M. da.** (2006). *A Informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico*. Porto: Edições Afrontamento.
- Smit, J. W., & Barreto, A. de A.** (2002). Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: Valentin, M. L. (Org.). *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis.
- Varela, A., & Barbosa, M. L. A.** (2012). Trajetórias cognitivas subjacentes ao processo de busca e uso da informação: fundamentos e transversalidades. *Encontros Bibli*, 17(1), 142-168.
- Von Bertalanffy, L.** (1977). *Teoria geral dos sistemas*. (3th ed). Rio de Janeiro: Vozes.
- Vygotsky, L. S.** (1987). *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S.** (1991). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S.** (1978). Internalization of higher psychological process. Em M. Cole, V. John-Steiner, S. Scribner & E. Souberman (Orgs.), *Mind in society. The development of higher psychological process* (pp. 52-57). Cambridge, Mass. And London, England: Harvard University Press.